



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,  
no contexto da Diversidade Cultural

Francisco Márcio Amado Batista

**ESTUDO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES  
ÉTNICO RACIAIS NA EC 66**

Brasília – DF

2015

Francisco Márcio Amado Batista

**ESTUDO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES  
ÉTNICO RACIAIS NA EC 66**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade de Brasília (UnB), como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no contexto da Diversidade Cultural.

Professora Orientadora: Dra. Eloísa Pereira Barroso

Brasília – DF

2015

AMADO BATISTA, Francisco Márcio.

Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural:

Estudo da educação das relações étnico raciais na EC 66. / Francisco Márcio

Amado Batista – Brasília, 2015.

45 fls.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2015.

Orientador/a: Dra. Eloisa Pereira Barroso.

[Educação em Direitos Humanos, Relações Étnico Raciais, Educação antirracista, cultura afrodescendente e EC 66.]



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia / SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,  
no contexto da Diversidade Cultural

O Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Francisco Márcio Amado Batista, intitulada: Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural - Estudo da educação das relações étnico raciais na EC 66, submetido ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, no âmbito da SECADI/MEC, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural, foi defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

---

PRESIDENTE: Professora Dra. Eloísa Pereira Barroso-UnB

---

EXAMINADOR: Mestre: Clerismar Aparecido Longo- UnB

Brasília, dezembro de 2015

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família pela compreensão da minha ausência nestes últimos meses. Festas, encontros familiares e feriados prolongados se tornaram dias letivos em detrimentos dos planos familiares. Muito Obrigado.

Agradeço, também: a Escola Classe 66, os estudantes (principalmente), as professoras, a equipe de supervisão escolar, a coordenação pedagógica e a direção. Sem a preciosa contribuição, dos atores supracitados, eu não teria condições de concluir a presente pesquisa.

Faz-se necessário um agradecimento especialmente para a tutora Cândida Alves e a toda equipe docente aqui representada pela Dra. Eloísa Barroso, ao Francisco Sousa, Clerismar Longo e demais profissionais que contribuíram diretamente para o pleno sucesso/oferta da presente especialização.

E não poderia deixar de agradecer, e também louvar, a professora Dra. Lúcia Helena Pulino pela sábia condução e ousadia de coordenar uma especialização em EAD para centenas de alunos.

E por fim, agradeço a Universidade de Brasília pelo (constante) pioneirismo e visão futurística de lecionar. A UnB é, indubitavelmente, a melhor universidade do Brasil, quiçá do mundo.

## Resumo

O presente texto busca fazer uma análise dos processos de ensino-aprendizagem da Escola Classe 66 para o atendimento da Lei 10.639/03, onde foi instituído a obrigatoriedade do ensino da importância da população negra no desenvolvimento do Brasil. Nessa esteira, o estudo em tela, teve por objetivo conhecer o desenvolvimento das atividades pedagógicas no espaço escolar e se essas relações foram influenciadas por questões raciais. A metodologia adotada foi o da pesquisa-ação, com aplicação de um questionário aberto para as equipes docentes/discentes e foram feitas análises de conteúdo das respostas. As referências utilizadas foram as leituras dos módulos anteriores e doutras que abordavam as relações etnicorraciais presentes na biblioteca virtual do SECAD/MEC. Por fim, a aplicação do Projeto interventivo na EC 66 produziu a alteração esperada na realidade escolar referente ao reconhecimento da importância da cultura negra.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos, Relações Étnico Raciais, Educação antirracista, cultura afro descente e EC 66.

## SUMÁRIO

1.	Introdução	09
2.	Capítulo 01 - A Escola Classe 66 e o Sol Nascente	15
3.	Capítulo 02 - aplicabilidade da Lei 10.639 e o Projeto Interventivo	19
3.1	O Projeto Político Pedagógico da EC 66	21
3.2	Projeto Interventivo	26
4.	Capítulo 03 – Análises das ações interventivas e do resultado	28
4.1	Considerações Finais	37
4.2	Referências	39
5.	Anexos	43

## 1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é a última parte do curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural, ofertada pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (IP-UnB).

O estudo dos Direitos Humanos e da Educação como garantia e defesa da dignidade humana e o reconhecimento da pluralidade étnico racial brasileira são ações defendidas pelo presente documento.

O estudo da Educação em Direitos Humanos e das relações étnico raciais no ambiente escolar é importante, pois, uma parcela significativa da Escola Classe 66 é composta de pessoas negras. A EC 66 está no bairro Setor Habitacional Sol Nascente. Aquele bairro tem uma população, aproximada de 100 mil habitantes e deste total uma parcela significativa são de pessoas negras.

Duas questões se colocam:

- i) Como são as relações sociais entre negros e não negros no Sol Nascente?
- ii) Existe preconceito e discriminação racial naquele bairro?

Assim, a escola pode ser considerada uma fração da sociedade na qual ela está incluída. É sabido que a educação é um dos espaços de maior relação com projeção social. Ou seja, quanto maior o grau de escolarização de um indivíduo maiores são as chances de obter empregos com maior remuneração, e por consequência, melhores condições de vida.

Historicamente, a população negra ocupa os campos mais baixos dos gráficos sociais, por serem a maioria dos não letrados, analfabetos funcionais e trabalhadores braçais. Por exemplo, o índice de analfabetismo é, em todas as regiões do país, preenchido prioritariamente, por aquele grupo étnico.

Estudos<sup>1</sup> denunciam a diferença de negros e brancos em todos os níveis escolares. Dividindo a educação em 03 níveis, aponta o estudo, é nítido a diminuição da população negra nos estágios mais elevados da educação brasileira. O ápice da pirâmide (doutoramento) é onde os negros estão menos representados. E qual é a razão desse fenômeno?

Segundo o IBEGE a raça negra compõe, aproximadamente, em 50% da população nacional. Então era normal ter uma representação igualitária (de negros e não negros) nos diversos postos de trabalhos, em todos os níveis escolares, nos espaços de escolha direta (vereadores, deputados, senadores).

O presente estudo, não tem a pretensão de chegar a uma conclusão ou apresentar soluções mágicas para um assunto tão delicado que são os conflitos raciais. Aponta sim, elementos balizantes para um debate aprofundado, senão necessário, para uma compreensão da história, litigiosa, dos povos que construíram a sociedade brasileira.

Justifica-se o estudo, ainda, tendo em vista que o debate sobre as relações raciais vem ocupando maior espaço no cenário sócio-político brasileiro. Há uma crescente mobilização da sociedade civil, dos movimentos sociais organizados e das organizações não-governamentais (ONG).

No campo das relações raciais (desiguais), o Brasil possui um débito histórico. É um país que carrega o estigma de ter sido um dos últimos a extinguir o sistema escravocrata. E, com o agravante da ausência de ações governamentais que garantissem o exercício pleno da liberdade dos homens e mulheres recém libertos.

A população negra tem sido, desde a abolição, deixada de lado pelo Poder Público. E as Políticas de Ações Afirmativas, ou Políticas Compensatórias, podem ser consideradas muito recentes. Tomemos como parâmetro o desenvolvimento do país como nação. Dos cinco séculos, as políticas afirmativas (brasileiras) tem menos de cinquenta anos.

Nessa esteira, o estudo em tela tem por objetivo entender como são desenvolvidas as atividades pedagógicas no espaço escolar e se essas relações são

---

<sup>1</sup> Por exemplo, a pesquisa da Profa. Dra. Renísia Cristina denominada Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005.

influências pelas questões raciais. Para tanto procuramos conhecer a legislação sobre a Educação em Direitos Humanos e a Lei Federal nº 10.639/03.

Estudar essas leis consiste em observar/verificar se elas levam em consideração as peculiaridades da cultura afrodescendente sem se esquecer que esse povo é parte constitutiva da totalidade histórica do nosso país. Portanto, reconhecer a importância da herança africana torna-se importante para o processo de afirmação da identidade negra.

Nesse contexto surgem as seguintes questões para esta pesquisa:

- O que é identidade afrodescendente?
- Como ela se constitui?
- Como são abordadas as questões referentes à cultura na Escola Classe 66 de Ceilândia?

A relevância da pesquisa é percebida pelo Brasil ter composição étnica de quatro grupos raciais: indígenas (aborígenes), brancos (europeus), negros (africanos) e asiáticos. E o estudo destas relações, mesmo que em escala reduzida – uma escola em uma comunidade abastada de Brasília – pode trazer elementos de melhora daquelas relações.

Ainda hoje, o mito da democracia racial está presente na sociedade brasileira. Com um olhar mais apurado das desigualdades sociais é possível refutar a ideia de processo harmonioso, principalmente, em relação aos povos que foram escravizados.

A história brasileira apresenta diversos fatores de desrespeito aos autóctones e aos africanos sequestrados do seio da mãe África e trazidos e mantidos em condições precárias no país - dos navios negreiros às senzalas a população vivenciou as piores experiências de violência e desrespeito humano.

A construção de Brasília e até a própria criação da Ceilândia sofreu opressão e discriminação. A capital do país, depois de inaugurada, teve muitos acampamentos dos operários desativados. Eles foram conduzidos coercitivamente e rapidamente para a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Dessas campanhas nasceu a grande Ceilândia. E o Sol Nascente teve origem parecida.

A motivação da pesquisa foi influenciada pelo envolvimento profissional do pesquisador. Sendo ele professor de carreira do magistério público do Distrito Federal e desempenhar suas atividades laborais na Escola Classe 66 do Sol Nascente, há

aproximadamente um ano, algumas questões o indagavam. E a busca de tais respostas deram concretude a presente pesquisa-ação.

E por perceber uma certa ausência de atividades docentes que trabalhassem temáticas como as de Direitos Humanos e Relações Raciais e por sensibilizar-se com a quantidade estudantes negros na escola ficou motivado a pesquisar aquela cultura.

Assim a pesquisa foi do tipo pesquisa-ação. Nela o pesquisador, ao mesmo tempo que pesquisa, interage com a realidade. Essa interação é para que o pesquisador possa intervir no problema (realidade social) analisando e envolvendo outros atores de forma colaborativa. A reflexão crítica é marca registrada na pesquisa-ação.

A pesquisa tem uma base empírica que foi realizada através de uma relação estreita com uma ação ou com a busca da resolução de uma situação, ou problema coletivo. No âmago da pesquisa-ação os integrantes dela envolvem-se de maneira participativa e cooperativa.

As ações, deste tipo especial de pesquisa, são metódicas. Isto é, devem ser planejadas e acompanhadas sistematicamente. Pois, o caráter social (da pesquisa) possibilita aos participantes uma visão investigativa tanto de si próprio quanto da realidade a ser mudada.

No texto, denominado Pesquisa Social o professor Demo nos alerta que a prática universitária está fadada ao fracasso. A maioria dos *campus* está preocupada somente em “dar” aulas para os alunos<sup>2</sup>.

Demo reflete que a pesquisa é deixada de lado para preencher o tempo, tanto dos professores quanto dos estudantes, com aulas repetitivas. O professor transcreve na lousa o que está nas apostilas e cabe aos estudantes copiar tudo. Os ditos “melhores” são aqueles que conseguem repetir a maior quantidade de informações nos testes. Lamentável a existência do instrucionismo em pleno século XXI. (DEMO, 2008, p. 11)

Segundo ele, poucas universidades levam a pesquisa com a seriedade necessária. Critica ainda que a pesquisa, quando aparece, é a partir do mestrado e somente são autorizados a pesquisar quem tem o título de mestre, no mínimo.

As pesquisas são para desenvolver o senso crítico dos pesquisadores. Demo (2008) exclama que: “Conhecimento é uma dinâmica questionadora, rebelde, desconstrutiva, reconstrói para de um novo desconstruir” e que o “Conhecimento é a habilidade da criatura desafiar o criador.” (idem, idem, p. 12)

---

<sup>2</sup> Extraído do artigo denominado Pesquisa social do professor Pedro Demo.

Na pesquisa social aquele professor exalta que:

A crítica não foi acompanhada da autocrítica incidindo em contradição performativa gritante. Quem sabe pensar, questiona o que pensa; quem não sabe pensar acredita no que pensa. Na Alemanha, ou nos países nórdicos, entrou a noção de que uma verdadeira universidade só poderia ser de pesquisa, não de ensino. Reconhecia-se que ensino é derivado: só pode ensinar quem produz conhecimento. Surgia outro perfil de professor, que ainda não chegou a nós, exceto em algumas universidades de ponta: só se pode dar aula daquilo que se pesquisa e produz. (DEMO, 2008, p. 13)

“Pesquisa engloba, então, dois desideratos entrelaçados: produzir conhecimento informar melhor. O primeiro é instrumental e atinge a qualidade formal no aluno, enquanto o segundo aposta na qualidade política. Em resumo: educar pela pesquisa.” Discorre Pedro Demo (2008).

Ainda em relação a diferenciação dos aspectos metodológicos (divergentes) da pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa, o professor Pedro Demo exalta:

“Nesta mesma polêmica, a distinção entre qualitativo e quantitativo permanece, mas não é ontológica. É apenas de intensidade. O qualitativo aponta para as dinâmicas mais caóticas e produtivas, enquanto o quantitativo para outras mais apaziguadas.” (ibidem, ibidem, p. 16)

Diante do exposto, esta pesquisa está estruturada em três capítulos.

O primeiro capítulo procura abordar aspectos da Escola Classe 66, bem como o seu funcionamento no que se refere ao Projeto Político Pedagógico. Procura-se ainda descrever os aspectos socioeconômicos do bairro Sol Nascente no qual a escola está assentada.

O segundo capítulo busca analisar a aplicação da lei 10.639/03 na escola, a partir de uma análise do PPP. A luz dos direitos humanos são abordados conceitos como cultura, identidade na perspectiva de desvelar o discurso assente na escola no que se refere ao ensino da cultura afrodescendente. Naquele capítulo procuramos, ainda, apresentar o projeto interventivo e sua contextualização pedagógica no âmbito da escola.

No terceiro capítulo procuraremos tecer a análise dos dados colhidos com a aplicação dos questionários, bem como com a aplicação do projeto interventivo. As análises aqui propostas, estão centradas nas categorias conceituais como cultura, identidade e direitos humanos no que se refere ao respeito a diversidade étnico racial presente no espaço escolar.

Por fim, a partir da temática de Direitos Humanos acreditamos poder ser possível pensar ou compreender que a educação no e para os direitos humanos suscita a necessidade de igualdade e de defesa a dignidade humana, principalmente quando diz respeito ao reconhecimento da diversidade étnico racial no âmbito da escola.

## 2. CAPÍTULO 01 – A Escola Classe 66 e o Sol Nascente

Antes de chegarmos na EC 66, Sol Nascente, Ceilândia ou Brasília, discorreremos – breve e resumidamente – sobre o processo de construção do país. Pois, a história denuncia o desrespeito, sistêmico, aos direitos humanos de negros, índios e pobres.

O Brasil foi invadido pelos povos europeus em 1500. Alguns estudos apontam para a vinda de Espanhóis em meados do século XV, pouco depois de 1490. Sejam eles espanhóis ou português não descobriram coisa alguma em terras brasileiras. Chegaram em Porto Seguro-BA e invadiram o nosso (futuro) país.

Cometeram vários crimes contra os nativos, primeiro as doenças e depois os genocídios ocasionados/fomentados pelo Poder Público. Em nome da Coroa/Cruz milhares de nativos foram assassinados. E contraditória e infelizmente os “índios” ainda têm sua humanidade negada.

Depois, a expansão comercial financiada pelo tráfico negreiro. É uma condição *sine qua non* refutar o termo os “escravos”, pois, os seres humanos que viviam em diversas nações do continente africano foram enganados, capturados e vieram, muitos a contra gosto, para este país. Aqui em solo foram colocados em situação de trabalho escravo. E não os “escravos vindo da África” como existem ainda em quase todos os livros de história.

Não caberia uma análise de leis (contraditórias) abolicionistas. Contudo, começemos pela “Lei Eusébio de Queiroz” que proibia o tráfico negreiro. Cabe ressaltar que aquela lei deu origem ao ditado popular: “Para inglês ver”. O tráfico continuou normalmente e deu origem a um porto na Bahia. Porto de Galinhas. Pois, o tráfico negreiro sendo proibido, os portugueses colocavam os negros em baixo de engradados de Galinhas d’Angola. Só uma observação, a viagem durava mais de 03 meses.

Outra, que não menos cômica, foi a “Lei Sexagenária”. Fantástica, o trabalhador agropecuário, negro, sem FGTS, aposentadoria ou apoio financeiro, ao completar 60 anos estava livre. Ora, a expectativa do Brasil, no ano de 1885 a época era de 50 anos para os cidadãos e para 40 para os negros. Ou seja, se sobrevivesse aos 60 anos estaria livre. Com uma análise mais crítica essa lei ajudava mais os Senhores do Engenho do que os negros. Pois, se aos 60 anos passariam a ser homens livres os “donos” não teriam mais responsabilidade por aqueles idosos.

Tudo isso sem falar da Lei do Ventre Livre. Que os pais (escravizados) tinham que arcar com um ônus a mais, por ter uma criança que, para todos os defeitos, era livre. Uma simples observação, não existia orfanatos nem abrigos no Brasil.

E por fim, a Lei Áurea. Que pelo próprio nome pode-se entender que era muito mais motivada por uma questão financeira do que preocupação social. A lei abolicionista, muito diferente de outros países como os Estados Unidos, não teve preocupação de cessão de terra, criação/liberação de linhas de crédito e nem garantia de matrícula em sistemas de ensino.

E o Brasil tornou-se república. Depois transferiram a capital para o Centro Oeste. Muitos operários vieram trabalhar na construção da nova Capital. Vieram de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará etc. Eles foram chamados de candango.

A construção de Brasília foi planejada. Teve até concurso de projeto arquitetônico, cujo ganhador foi Lúcio Costa.

Diferente, violenta e desordenadamente Ceilândia foi criada para receber trabalhadores que moraram em “invasões” de diversas cidades, tais como: Guará, Candangolândia e Bandeirante. Naquela época, em meados de 1970, foi criada a Comissão de Erradicação de Invasões<sup>3</sup> (CEI).

A CEI foi ganhando proporções e tornou-se uma cidade. Ceilândia.

Um outro fator que deve ser levado em conta é o grande fluxo migratório que o DF recebeu. E a destinação daquelas pessoas era Ceilândia. Cabe ressaltar que a cidade não possuía água encanada, coleta de esgoto, asfalto, escolas, hospital. A água era distribuída em carros pipa. (SEVERO, 2014)

Ceilândia ficou no espaço onde existia a Fazenda Guariroba. Ceilândia é a maior cidade do DF com aproximadamente 500 mil habitantes. Possui os seguintes bairros: P Sul; P Norte; Guariroba; Ceilândia Sul; Ceilândia Norte; Ceilândia Centro; Setor O; Expansão (do Setor O); QNQ; QNR; Setor de Industria; Condomínio Privê; Condomínio Por do Sol; e Condomínio Sol Nascente.

Esse último é foco de estudo da presente pesquisa. Ressalvadas as devidas considerações e ponderações. O Sol Nascente é considerada uma cidade de baixa renda em que se verifica uma precarização das condições de vida, nesse espaço observa-se a ausência do Estado, no que se refere à segurança, à saúde, ao lazer, enfim a cidade não garante aos seus habitantes condições mínimas de acesso aos equipamentos urbanos.

---

<sup>3</sup> Maiores informações sobre a criação de Ceilândia podem ser obtidas em SEVERO, Denise de Sousa. Planejamento urbano no Distrito Federal: o caso de Ceilândia. UnB. Brasília. 2014.

Nessa cidade as disputas entre gangues rivais são comuns. Não raras vezes, várias vidas de jovens são ceifados por envolvimento com o crime.

Em relação à população o Sol Nascente, existe uma divergência em relação a quantidade: por ser uma área irregular inexistem dados oficiais. Contudo, estudos da Secretaria de Segurança Pública do DF, aponta para aproximadamente 80.000 habitantes. Enquanto lideranças comunitárias (Prefeitura Comunitária do Setor Habitacional do Sol Nascente) fala em 100 a 120 mil. Enfim, seja 80 ou 120, são muitas famílias vivendo em condições muito difíceis. Nessa ausência de equipamentos urbanos frisamos a falta de: água encanada, coleta de esgoto, águas pluviais, energia elétrica e entrega de cartas.

A respeito da escola ela é um campo de encontro, de cultura de lazer, de profissionalização. Principalmente no que tange ao lazer a Escola Classe 66 se coloca como o “centro cultural” da cidade, ela é a referência da comunidade, pois ali são desenvolvidas muitas atividades culturais e esportivas. A rotina escolar, o funcionamento, os projetos seguem um rumo, um direcionamento em busca de uma educação que contemple as discussões relacionadas aos Direitos Humanos. E quem aponta essa direção é o Projeto Político Pedagógico (PPP).

A Relação entre educação e direitos humanos é de proximidade e completude. A educação tem objetivos similares a dos Direitos Humanos. Segundo o pesquisador Warat,

a íntima conexão que se pode estabelecer entre educação e direitos humanos está dada pelo fato de que a educação, em sua finalidade fundamental, encontra-se referida ao objetivo de fazer crescer as pessoas em dignidade, autoconhecimento, autonomia e no reconhecimento e afirmação dos direitos da alteridade (principalmente entendidos como o direito à diferença e à inclusão social) conceitos que em definitivo são os que sustentam a Declaração Universal e outras declarações posteriores... (WARAT, 2004, p. 57)

A Educação é aliada dos Direitos Humanos quando é alicerçada em uma “pedagogia da vida” onde a esperança deve persistir a uma realidade opressora e de exclusão social. A educação tanto fomenta os Direitos Humanos quanto é influenciada por ele. E as “contribuições das práticas e dimensões simbólico-políticas dos direitos humanos como uma resposta radicalmente modificadora das concepções educacionais dominantes na condição moderna.” (Warat, 2004)

A Educação em e para Direitos Humanos é necessária devido ao fato dela ter, dentre muitas outras peculiaridades, o papel de

divulgação e conscientização dos direitos humanos, porém com a convicção de que sua vigência deve ser compreendida como práticas que se realizam em outros espaços sociais e institucionais (direito - política - economia); de outra, concedendo à educação o máximo protagonismo para conseguir dita vigência. Sem educação não se realizam os direitos humanos. (WARAT, 2004, p. 57)

A Educação humanista, é urgente pois se configura como um componente vital para uma melhora social almejada. O pesquisador citado, fala que devemos ter a compreensão de que a educação em e para os direitos humanos é um elemento central para uma Educação para a Paz.

A Escola para a Paz tem “tem como pilares de sustentação conceitual a centralidade dos direitos humanos; o conceito de paz positiva e a perspectiva criativa dos conflitos.” (WARAT, 2004. p. 03).

A Escola para a Paz é a instituição ideal para desenvolver a identidade, ajudar a construção da subjetividade, entender os sentidos do mundo e viver em paz.

### **3. CAPÍTULO 02 - aplicabilidade da Lei 10.639 e o Projeto Interventivo**

O segundo capítulo busca analisar a aplicação da lei 10.639/03 na escola, a partir de uma análise do PPP. A luz dos direitos humanos, são abordados conceitos como cultura, identidade na perspectiva de desvelar o discurso assente na escola no que se refere ao ensino da cultura afrodescendente.

Nesse capítulo procuramos, ainda, descrever o projeto interventivo e sua contextualização pedagógica no âmbito da escola.

Estudaremos, também, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Classe 66 (EC 66) orienta as ações docentes para atender a Lei Federal<sup>4</sup> n° 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e suas implicações na cultura, reconhecimento da identidade afrodescendente e Direitos Humanos.

A Lei n° 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996 nos artigos 26° e 79°, quando instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura Afrobrasileira em toda educação básica (educação infantil e ensinos fundamental e médio). E, de certa maneira, as licenciaturas tiveram que modificar seus currículos para ensinar os futuros professores. Podemos concluir, então, que a Lei n° 10.639 mudou toda a educação brasileira.

Uma outra questão de relevância significativa, além da explicitude de obrigação da rede oficial e particular, foi a redação do sentido da norma, ao citar:

O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (LDB, 1996)

---

<sup>4</sup> Os estudiosos das relações etnicorraciais, tanto do Brasil quanto de outros países, exaltam que foi a primeira lei assinada pelo presidente do país ao iniciar a legislatura de 2003 – 2006.

O marco legal, supracitado, atendeu uma outra reivindicação antiga dos movimentos sociais de promoção da igualdade racial que foi a mudança no calendário de comemoração<sup>5</sup> do dia da Consciência Negra de 13 de maio para o dia 20 de novembro. A primeira data referia-se a Lei abolicionista da princesa Izabel e a segunda o dia em que Zumbi dos Palmares foi assassinado pelo poder público. Caso o presente estudo fosse das relações de gênero iríamos desenvolver o porquê de lembrarmos de Zumbi e esquecermos/desconhecemos a sua esposa Dandara. Essa heroína está fora dos livros de História do Brasil e por consequência as escolas a desconhecem.

---

<sup>5</sup> O uso do termo é aquele da etimologia. Celebrar; fazer cerimônia festiva para enaltecer um fato, acontecimento. Memorar juntos, trazer à memória. Não tem significado de festejo. Nota do autor.

### 3.1 O Projeto Político Pedagógico da EC 66

A escola tem sua organização, funcionamento, planos e ações pedagógicas que seguem uma única direção. E essa direção é apontada pelo **Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Esse documento de construção coletiva é o planejamento e o pensar da escola por si mesma. E “é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações; se não pensarmos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficaremos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade.” (LIBÂNEO, 1994, p. 222)

A EC 66 fica localizada no endereço Avenida Córrego das Corujas – Setor Habitacional Sol Nascente, pertencente à Coordenadoria Regional de Ensino de Ceilândia. Foi criada no dia 28 de julho de 2009, pelo Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 145, página 12.

Funcionamento diurno e noturno. Possui os seguintes níveis de Ensino: Ensino Fundamental de 09 anos – Educação Infantil. Séries Iniciais (1º ao 5º ano), correção de Distorção Idade Série, classe especial (Deficiência Intelectual-DI), classe especial (Deficiência Múltiplas-DMU) e classe (Transtornos Globais de Desenvolvimento-TGD); Educação de Jovens e Adultos-EJA, no período noturno.

Tem os seguintes Turnos de funcionamento: Matutino, Vespertino e Noturno. Com um total de Turmas atendidas: 02 turmas de 1º Período; 02 turmas de 2º Período; 05 turmas de 1º ano; 08 turmas de 2º ano; 08 turmas de 3º ano; 07 turmas de 4º ano; 09 turmas de 5º ano; 01 turma CDIS – em processo de Alfabetização; 01 turma CDIS – Alfabetizados; 04 Classes Especiais; (TGD, DMU e DI); e 04 turmas do 1º Segmento EJA, uma para cada série/ano: 1ªA Not, 2ªA Not, 3ªA Not e 4ªA Not.

Quanto as instalações físicas, a EC 66 possui um total de 24 salas de aula; 01 sala de reforço; 01 sala de recursos; 01 sala de informática; 01 sala de educação integral; 01 sala de coordenação; 01 sala de professores; 01 sala de orientação educacional; 01 sala de direção; 01 sala dos funcionários da limpeza; 01 cantina; 01 depósito de material pedagógico; 02 depósitos de gêneros alimentícios; 01 depósito geral; 01 secretaria; 03 banheiros femininos; 03 banheiros masculinos; 02 banheiros para deficientes; 01 quadra poliesportiva; 01 parque infantil; 01 guarita, um estacionamento privativo de servidores.

Quanto aos recursos humanos, a escola possui a seguinte estrutura pessoal: uma diretora; 01 vice diretor; 02 supervisores diurno; 02 supervisores noturno; 01 chefe

de secretaria; 02 funcionários da carreira assistência; 05 coordenadores; 48 professores regentes diurno; 04 professores de Educação Física; 07 professores Educação de Jovens e Adultos; 09 funcionários da cantina (empresa terceirizada); 12 funcionários da limpeza (empresa terceirizada); 04 guardas patrimoniais (empresa terceirizada); 01 pedagoga; 02 professores da sala de recursos; e 04 monitores da Educação Integral. Esporadicamente, a escola recebe estagiários.

Com uma realidade próxima a enfrentada por escolas que estão situadas na periferia de Ceilândia, a E.C. 66 está rodeada por problemas infraestruturais que assolam a comunidade local. Alguns alunos se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social.

Os estudantes são em sua maioria carentes (pobres e miseráveis) e com alguma dificuldade de aprendizagem, pois os pais não têm tempo e nem disposição de acompanhar a vida escolar dos seus filhos. Alguns alunos mostram-se desinteressados e apresentam traços de agressividade. Outros ainda, queixam-se de problemas de saúde: problemas auditivos, visuais, alérgicos, sexuais (exploração e abuso) aliada a ausência de autocuidados e de higiene.

A escola foi construída para atender a demanda surgida pelo nascimento e manutenção do Condomínio Sol Nascente, definido anteriormente como setor de chácaras do P-Norte. As chácaras foram parceladas, vendidas e ocupadas. De acordo com a Prefeitura Comunitária do Sol Nascente, cerca de 120 mil pessoas moram no Setor que não goza de prerrogativa totalmente urbana, sendo de difícil acesso, atualmente só a avenida principal é asfaltada, e não possuidora de saneamento básico, saúde, segurança (foi inaugurado um único posto policial da PMDF na entrada do condomínio). E esta escola é a primeira Escola Classe a ser inaugurada no setor, onde ainda foram construídos nas proximidades mais 02 Centros de Ensino Fundamental (CEF 27 e CEF 28).

A situação socioeconômica da comunidade do Condomínio Sol Nascente é muito difícil. Inexistem quadras esportivas, nem campos de futebol, praças e nem cinemas. Por essa razão faz-se necessário o envolvimento da escola no cotidiano dessa comunidade com projetos que visem à aproximação dos populares com essas atividades sendo oportunizadas pela escola através de projetos como escola de pais, oficinas lúdicas e de artesanato, de reciclagens de materiais descartáveis, que vão exigir da escola parcerias com outras instituições e empresários.

Consta no PPP que é importante possibilitar formação para os pais da comunidade sobre seus direitos e deveres através de palestras e oficinas, pois acreditamos na necessidade de construir uma sociedade justa, igualitária e contribuir para um mundo melhor na formação de cidadãos plenos, conscientes, críticos e que saibam se respeitar e respeitar os demais membros da sua comunidade. E que consigam se organizar para cobrar do poder público melhorias para a comunidade.

A gestão (direção) reconhece as dificuldades, mas acredita que uma escola de qualidade deve ser acessível, prazerosa, humana e crítica. Favorece a participação efetiva de todos os segmentos e incentiva a conscientização e o envolvimento dos cidadãos na construção da sociedade melhor.

A escola tem como função social garantir a todos condições de viver plenamente a cidadania, cumprindo seus deveres e usufruindo seus direitos, para tal é preciso que a escola se conscientize de sua responsabilidade em proporcionar a todos os seus alunos (e comunidade local) o sucesso escolar dentro do prazo estabelecido, em um ambiente sustentável e democrático que conte com a participação dos gestores, dos professores, dos pais, dos alunos, dos auxiliares, e de toda comunidade, visando uma aprendizagem de forma prazerosa e que exclua de suas práticas a cultura da repetência e do fracasso escolar. Isso demonstra o compromisso da instituição com as questões propostas pelos Direitos Humanos.

A **EC 66** apesar do pouco tempo de existência busca se firmar como uma escola pública de qualidade de ensino que visa servir com excelência por meio da educação. Tem como **missão** a formação de cidadãos criativos, críticos, responsáveis e que valorizem a democracia, a verdade, o respeito e a solidariedade.

Acreditam que a escola transformadora necessita considerar a atuação do educando na sociedade globalizada, buscando capacitá-lo com informações e habilidades que favoreçam o desenvolvimento de seu senso crítico, de sua autonomia intelectual, de sua capacidade de reflexão e ação, aumentando sua chance de progredir como pessoa e como cidadão.

Nesta perspectiva, o PPP explicita a necessidade de reflexão sobre a ação pedagógica e, a partir de então, ressignificar a própria prática diária. Nele é proposto uma

reorganização administrativa, financeira e pedagógica, com o aproveitamento máximo do tempo e do espaço de que dispõe.

A EC 66 é uma esperança de melhoria das condições de vida dessa comunidade. Nela é oferecido o lazer que não possuem, o espaço público de encontro entre os membros dessa comunidade, o local de informação/orientação para busca do setor público. Ou seja, é a crença e a confiança de mais benefícios para a comunidade do Sol Nascente, por isso a equipe da direção procura por parceiros (público e privado), para poder proporcionar cada vez mais serviços/benefícios àquela população. E não raras vezes, uma busca de dignidade e serviços gratuitos que o estado deveria oferecer.

O PPP e sua aplicabilidade é, portanto, imprescindível para que a criança entenda com espontaneidade que o mundo é complexo, heterogêneo, em constante mudança e que sempre tem algo novo a aprender. Sendo a educação uma responsabilidade social e não somente de educadores, é, portanto, de patrimônio público, exigindo uma participação coletiva de todos os segmentos escolares (pais, mestres e estudantes) para formar cidadãos capazes de refletir e criticar a realidade na qual está inserido e exercer participação cidadã em seu meio.

A escola tem como função social garantir – a todos – condições de viver plenamente a cidadania, entendendo seus deveres e reivindicando/usufruído seus direitos. Para que essa função social se concretize é preciso que a escola se conscientize de sua responsabilidade em proporcionar a todos os seus estudantes o sucesso escolar.

Deve possuir um ambiente acolhedor, democrático que conte com a participação dos gestores, dos professores, dos pais, dos estudantes, dos auxiliares, e da comunidade escolar, visando uma aprendizagem de forma prazerosa e que exclua de suas práticas a cultura da repetência e do fracasso escolar.

E, “é acreditando nesses princípios que propomos como eixo principal do nosso plano de trabalho o tema respeito em todas as suas dimensões: ao eu; ao outro; à comunidade e às diversidades (diferenças).” (PPP EC 66).

A escola possui, ainda, sua organização **Pedagógica por Projetos**. Os Projetos de Trabalho são conjuntos de atividades que trabalham com conhecimentos específicos, construídos a partir de um dos eixos de trabalho, que se organizam ao redor

de um problema para resolver ou de um produto final que se quer obter. É uma concreta possibilidade de diálogo entre as áreas do conhecimento.

A pedagogia de projetos se apresenta como aliada no processo de reorganização dos tempos e dos espaços escolares, quando possibilita a participação, a construção e o planejamento coletivo, envolvendo todos em temas de interesse comum. Projetos desenvolvidos: PROERD; Projeto Feira de Ciências; Projeto Ler é redescobrir o mundo; Projeto Educação Integral; e Projeto Gentileza gera gentileza.

A escola com o intuito de alcançar seus objetivos utiliza as seguintes estratégias: exposição dialogada, pesquisas individuais e em grupo, apresentação de seminários e exposições dos trabalhos realizados em sala de aulas. O plano de ação é desenvolvimento a partir dos projetos propostos com a interdisciplinariedade de todas as áreas.

Durante o calendário escolar (anual ou semestral) são planejadas as seguintes programações: Festa Junina; Folclore; Semana das Crianças; Dia do Professor; e Programação: **SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA**. Grifo nosso.

A semana da Consciência Negra, comemorada em novembro tem no PPP o objetivo de “Conscientizar e valorizar as diferentes etnias”.

Por uma leitura inicial do PPP pode ser percebido que na atividade que tinha tudo para ser o marco da aplicabilidade da Lei 10.639 na escola, teve sua chance desperdiçada. A semana da Consciência Negra é para trabalhar temáticas de valorização/exaltação do negro na construção do país.

Desta forma um projeto interventivo torna-se imperioso. Em momento algum o PPP fala das raças. Delimita-se, muito superficialmente, a descrever a pobreza econômica. Ora, a população pobre é negra.

### **3.2 Projeto Interventivo na EC 66**

Quando se analisa o Projeto Político Pedagógico da EC 66 observa-se que a mesma não direciona as suas ações pedagógicas em atenção a Lei 10.639 e por essa razão não desenvolve atividades de valorização da cultura negra. Assim, durante a pesquisa, percebeu-se a necessidade de um projeto interventivo naquela escola.

No dia 02 e 03 de setembro de 2015, foram aplicados um questionário com os estudantes e professores para saber a opinião deles sobre diversas questões: cultura negra, atividades de valorização da cultura afrodescendente, importância de ações de valorização da negritude dentre outras questões. A aplicação daquele questionário foi importante para poder ter uma visão fidedigna das questões relacionadas a cultura negra.

De posse dos dados obtidos pela aplicação do questionário foi feito a elaboração das ações interventiva, ou seja, o próprio Projeto Interventivo. Ele foi dividido em 03 ações, a saber:

- a) Um Cine Debate. Exibição de um filme nacional que critique as questões raciais seguido de debate;
- b) Uma aula expositiva de História do Brasil com foco em questões etnicorraciais; e
- c) Alteração no Projeto Político Pedagógico da escola.

As duas primeiras ações foram: exibição do filme Oh, Pai oh! seguido de debate; e uma aula expositiva de história do Brasil. O professor pesquisador planejou e ministrou a aula de história do país com foco em aspectos onde aconteceram racismo e/ou preconceitos no Brasil. Foi feita uma análise da ocupação territorial do país pelos povos europeus, contemplando o genocídio indígena, exploração da população de origem africana, aspectos alimentares, análise crítica das leis abolicionistas, mercado de trabalho e pobreza no Brasil. Teve carga horária de 03 horas. O filme foi exibido no dia 10 de setembro de 2015 e a aula aconteceu no dia 21 de setembro de 2015.

Foi feita uma exibição seguido de debate sobre aspectos étnico raciais presente no filme seguido de uma avaliação dos estudantes. Tanto a aula quanto o filme foram passados para os estudantes da 3ª Série do noturno.

Depois as ações em sala de aula, o projeto interventivo possuía uma ação prolongada e permanente. Foi sugerido alteração no PPP da escola, e incluir promoção da igualdade racial e Direitos Humanos.

#### **4. CAPÍTULO 03 – análises das ações interventivas e do resultado**

Neste capítulo procuraremos tecer a análise dos dados colhidos com a aplicação dos questionários, bem como com a análise do projeto interventivo. As análises aqui propostas estão centradas nas categorias conceituais como cultura, identidade e direitos humanos no que se refere ao respeito à diversidade étnico racial presente no espaço escolar.

Ainda em atenção aos objetivos deste TCC foram debatidos os alguns termos e conceitos: racismo, preconceito, discriminação racial e democracia racial.

No intuito de coletar dados sobre a real situação e com vistas a dar mais elementos para o desenvolvimento do projeto interventivo, foi feita uma entrevista com professores e estudantes. A pesquisa foi motivada para buscar o entendimento da realidade escolar e propor mudanças.

O percurso para responder as indagações propostas no estudo em tela levanta subsídios para o desenvolvimento do processo interventivo de valorização da população negra. Assim, justifica-se a aplicação de um instrumento para buscar elementos para saber como a escola se percebe, como é a interação entre a educação e as relações étnicas raciais no ambiente escolar. Desta forma, na parte final do presente capítulo é detalhado o processo interventivo.

Sobre a escolha do universo amostral, gostaríamos de externar que a pesquisa foi feita primeiramente com os professores. Esses foram escolhidos ao acaso para responder o questionário. Os dados, tanto dos professores quanto dos estudantes, foram coletados da seguinte maneira: explicação da pesquisa e apresentação do pesquisador; leitura de cada pergunta; registro das respostas; transcrição e observação da fisionomia e expressões corpóreas.

A escolha dos professores, ou melhor, das professoras, foi feita sem nenhuma orientação ou preferência. O questionário foi aplicado em 03 professoras. Uma negra, uma branca e uma parda. Todas possuem vasta experiência na prática docente, pois trabalham a mais de 10 anos na Secretaria de Educação.

Duas têm formação em pedagogia e uma em letras. Duas são residentes na Ceilândia (uma no P Sul e outra no Sol Nascente) e outra em Taguatinga. As idades foram: 34; 39 e 47 anos.

Para fins didáticos as professoras serão citadas como P01, P02 e P03. Poderá ser usada como se sinônimos fossem as seguintes palavras, respeitando o contexto em detrimento da etimologia da palavra: entrevistador(a), colaborador(a) e professor(a).

O questionário aplicado foi o mesmo para os professores e estudantes. A confecção de dois instrumentais (um para os professores e outro para os estudantes) foi descartada tendo em vista que a coleta dos dados era sobre a percepção de todos sobre a mesma realidade. Assim sendo, o questionário deveria ser o mesmo.

O instrumento possuía 05 questões abertas. A primeira era sobre o reconhecimento/pertencimento racial com 04 categorias para marcar uma, a saber: branco, negro, indígena e outros.

Teve a seguinte conjuntura: uma se autodeclarou negra, uma branca e a última parda. O que favoreceu a amostra (aleatória e simples) por não ter acontecido uma sobrevalência de nenhum grupo em relação aos outros.

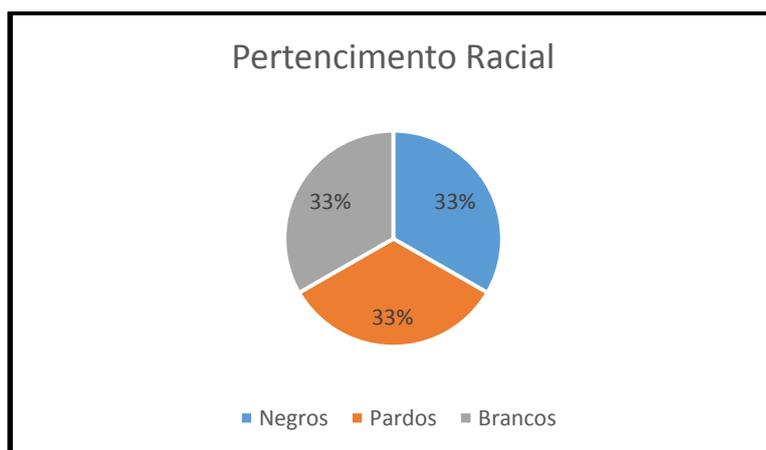


Gráfico 01. Distribuição dos professores em relação ao pertencimento racial.

A segunda questão era a opinião se os **negros e brancos** possuem os mesmos **direitos**? O P01 respondeu que “não”, A P02 que “sim” e a P03 respondeu que “na teoria” sim.

Abaixo, transcrevemos a fala da P03, por representar sinteticamente a fala das outras.

Na teoria sim. Nas leis sim. Na prática a gente sabe que é diferente. Existe uma desvantagem histórica entre negros e brancos. E tal situação, até hoje, não foi superada. A população pobre é negra, a população menos escolarizada é negra. O Brasil aboliu a escravidão, mas a ainda persiste tudo isso. (P03)

Ao indagá-las sobre o gozo dos mesmos direitos entre negros e brancos, a P03 deixou transparecer uma certa indignação com a situação da população negra. Estava com voz firme e ar sério.

A outra questão foi sobre a percepção de isonomia de oportunidades em emprego e educação quando os indivíduos são brancos ou negros. As respostas foram unânimes. Todas as entrevistadas disseram que os negros e os brancos possuem oportunidades diferenciadas quando o assunto é escola e trabalho.

Abaixo, transcrevemos trecho da fala de uma colaboradora.

Não. É uma questão histórica. Para entender o racismo devemos olhar para o passado. Na época da escravatura, os negros eram considerados como se fossem animais. Não eram vistos como seres humanos. Hoje, ainda temos uma herança daquela época. No mercado de trabalho, por exemplo, os negros tem menos chance de conseguir emprego se disputarem com brancos. Geralmente, os brancos são os mais preferidos. (P02)

A resposta, supracitada, daquela colaboradora teve um diferencial. Ela é negra, e ao responder teve sua fisionomia mudada de um semblante alegre, sorridente, feliz para um rosto franzido, saindo de um ar pensativo até transparecendo uma certa raiva. Como se ao responder a pergunta, estivesse falando de sua própria historicidade de superação.

A outra questão era sobre a recordação de alguma atividade realizada na escola onde tenham trabalhado a valorização da população negra. Mais da metade das entrevistadas disseram que não se lembravam, somente uma respondeu positivamente. Foi uma atividade da Semana da Consciência Negra.

Por fim, a última indagação para a equipe docente foi sobre o julgamento (individual) da importância de realização de atividades de valorização da população negra na EC 66.

Todos exaltaram a importância de desenvolver atividades, contudo o fato de alguns responderem que não se recordavam das atividades é um sinal que devesse realizar mais atividades de valorização da cultura afro-brasileira. Segundo a P 01: “Poderíamos

incentivar trabalhar com figuras de destaque na sociedade, tais como o Ministro Joaquim Barbosa e outros.”

E a P02 refletiu:

Podemos realizar uma conscientização maior. Devemos ensinar que, devido a miscigenação, todos somos um pouco negro. Infelizmente, alguns negros não se reconhecem como tal. O calendário pedagógico já reserva uma semana em novembro e tal espaço deveria ser utilizado com mais qualidade. Um exemplo é mostrar biografias de negros de sucesso. (P 02)

A resposta da 3ª colaboradora trouxe elementos novos. Ela clamou pelos marcos legais, como a Lei 10.639/03. Ela ainda refletiu que:

... temos a Lei 10.639/03 e devemos cumpri-la. Podemos trabalhar fotos, reportagens, notícias onde tenham abordagem discriminatórias ou preconceituosas. Trazer reflexão sobre os dados estatísticos, como IBEGE, DIESE e outros. Podemos utilizar filmes, como o Mordomo da Casa Branca. (P03)

As considerações da P 03 chamou a atenção para análise os dados estatísticos do IBEGE (e outros). Isto denota senso crítico em relação às dificuldades que a população não-branca está submetida. Um gráfico é possuidor de concretude quase inquestionável. Além do mais, os gráficos dão uma visão real de um dado social.

Por fim, a análise dos questionários aplicados para a equipe docente nos leva a pensar que uma ação interventiva na realidade escolar é necessária.

Tendo em vista a 100% dos entrevistados julgaram importante o desenvolvimento de atividades de valorização da cultura negra de forma mais efetiva.

A respeito do questionário aplicado para o corpo discente reiteramos que foi aplicado o mesmo questionário com vistas a coletar a percepção daquele indivíduo sobre a realidade escolar.

A escola classe 66 funciona nos três períodos: manhã, tarde e noite. No noturno tem quatro turmas, sendo uma sala para cada série. As turmas estão separadas de acordo com o desenvolvimento cognitivo de cada estudante, da seguinte maneira: 1ª A; 2ª A; 3ª A; e 4ª A.

Os questionários foram respondidos, na forma de entrevista, por cinco estudantes da turma 3ª A. A escolha dos estudantes não seguiu nenhuma preferência ou intencionalidade. A amostragem foi aleatória e simples. O pesquisador abordou os estudantes e solicitava contribuição. Vale ressaltar que dois estudantes não quiseram participar da pesquisa. E no grupo dos professores não ocorreu nenhuma negativa.

As terminologias, desta parte da pesquisa, são semelhantes aos dos professores. Utilizaremos, como se sinônimos fossem, as palavras estudantes, entrevistados e colaboradores. No intuito de preservar a identidade dos entrevistados utilizaremos a letra E seguido de um sequencial cardinal de 01 a 05, por exemplo E 01; E 02, etc.

Sobre os colaboradores 80% era do sexo feminino e 20% era do sexo masculino. 60% se declararam pardos e 40% se autodeclararam negros. 20% tinha entre 50 a 60 anos. Sobre a idade deles: 20% tinham até 20 anos de idade, 60% tinham idade entre 30 a 35 anos. Por fim, sobre a idade o grupo de estudantes podem ser divididos em três grupos: de jovens (grupo 01), de adultos (grupo 02) e grupo de mais idade (grupo 03).

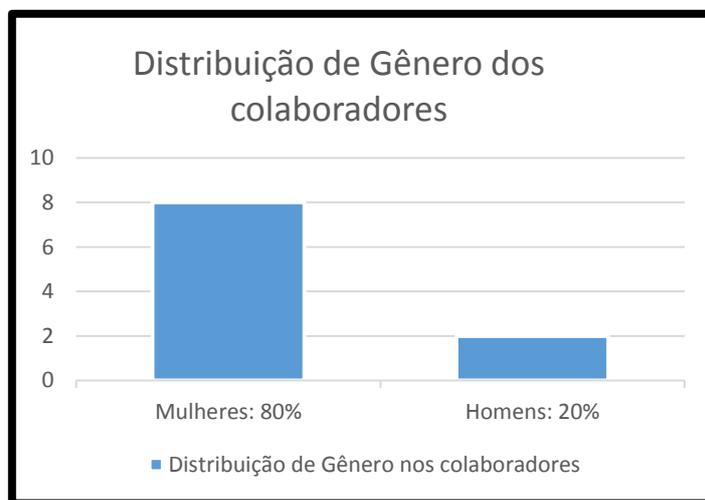


Gráfico 02. Gênero dos colaboradores

A respeito da coleta de dados, os entrevistados, na importância de 80% acreditam que os negros e brancos são possuidores de mesmos direitos. E 20% disseram que a discriminação é uma violação de direitos e dessa forma não possuem os mesmos direitos, pois o direito se dilui no racismo. O colaborador E05 reclamou que os direitos dos não negros são mais respeitados “Pois as pessoas discriminam os negros.”

Quando questionados sobre as oportunidades de escolarização e emprego as respostas foram unânimes em negar a sentença. O entrevistado número deu uma preciosa colaboração onde disse: “Não tem. O branco tem vantagem e os novos também. Para conseguir emprego os mais novos e o brancos conseguem mais rápido. Na escola, os negros são discriminados.” (E 05). Nessa resposta é importante ressaltar o olhar na discriminação movida pela idade. Realmente, é recorrente a queixa que pessoas com mais idade têm dificuldades em conseguir emprego.

Ainda em relação à empregabilidade e escolarização a colaboradora fez a seguinte análise conjuntural:

Não. Porque hoje o povo é preconceituoso. No trabalho e em entrevistas o negro é descartado e o branco é escolhido. Mas, nem todos são assim. A maioria das mulheres, daqui, são negras e trabalham em casas de mulheres brancas. Lá no Guará, Águas Claras, Asa Sul, Asa Norte. É difícil negro morar no Lago Sul. (E02)

O relato acima da entrevistada 02 denuncia aquele famoso termo tão ouvido e tão empregado: “boa aparência”. E outro aspecto muito importante é o abandono das crianças por suas mães terem que trabalhar protegendo/cuidando dos filhos doutrem. Esta problemática tão recorrente nas cidades satélites é foco de muitos estudos<sup>6</sup>.

Uma última análise do relato foi a consideração que a E 02 falou sobre a impossibilidade de um negro morar no Lago Sul. E depois de falar, deu uma gargalhada longa e envolvente, similarmente a uma criança que descobre algo muito engraçado e contagiou outros a sorrirem também. Inclusive o entrevistador.

Uma outra questão foi sobre a lembrança de alguma atividade realizada na escola. Destes 60% recordaram de atividades, e relataram que foram atividades sobre a composição social, diferenciação salarial de homens e mulheres, negros e brancos. A E05 concluiu: “a mulher negra é quem ganha menos”

Da mesma forma que os professores, os estudantes foram unânimes em externar a crença de que é importante desenvolver atividades permanentemente que abordem a valorização da população negra na EC 66. As sugestões foram de atividades foram as seguintes: exibir documentários esportivos com os atletas negros que

---

<sup>6</sup> Por exemplo, RIBEIRO, Letícia Alcântara. A percepção de mães sobre as condições sociais e o desenvolvimento de seus filhos no território do Sol Nascente, Ceilândia-DF. UnB.

conquistaram destaque, assistir filmes, teatros, novelas e reportagens que abordem a temática.

Por fim, a colaboradora (E01) ficou desconcertante ao responder a 5ª questão<sup>7</sup> onde exclamou: “Sim. É bom, sabia? Moramos em um país racista. É bom poder saber onde buscar nossos direitos.”

Uma última consideração sobre a aplicação dos questionários é a satisfação dos entrevistados. Eles agradeceram a participação e externaram alegria em falar sobre a temática. Falar sobre as relações raciais envolve nossos preconceitos, valores e ideologia.

No que se refere a exibição de um filme nacional “Oh Pai e oh” a questão central foi a importância da discussão étnico-racial no espaço escolar

Depois do filme houve um debate entre os estudantes mediado pelo pesquisador. O filme nos trouxe alguns pontos para o debate, quais sejam: crianças abandonadas, alienação religiosa, prostituição na Europa, escarces de água e principalmente, coloca em questão as relações étnico-raciais.

Uma observação importante, no que tange ao protagonismo dos atores negros no filme, foi feita pelo aluno 05 ao destacar que: “Agora mudou um pouco mais, antes os negros eram só babá, jardineiro, pedreiro” (E05). Essa reflexão do aluno demonstra a percepção comum que temos quando ligamos a televisão para vermos novelas e que aos negros são destinados papéis de serviços como mordomos, jardineiras... e no filme os negros são cantores, executivos...

A fala da aluna externa a influência negativa que a mídia faz em relação aos negros nos meios de comunicação. Por isso um debate calmo e aberto sobre as relações raciais no seio escolar se torna tão importante para a construção de outras representações sobre o ser negro.

Quanto a aula expositiva sobre a história do Brasil, o foco pairou sobre os aspectos étnico raciais. Foram abordados os seguintes pontos: aspectos ausentes nos livros de história sobre a colonização da Brasil onde se ressaltou a diferença entre o uso de termos como descobrimento e invasão. Foi elucidado, que tendo como parâmetro os Direitos Humanos, os índios e negros sofreram (e ainda sofrem) diversas violações dos seus direitos pois não tinham sua humanidade reconhecida.

---

<sup>7</sup> Acredita na importância de desenvolver atividades sobre a valorização da população negra na EC 66?

Esse debate com os estudantes foi muito proveitoso. E foi percebido que as explicações foram capazes de modificar a percepção dos educandos em relação a cultura afrodescendente. Alguns estudantes exclamaram que houve mudança nas suas percepções acerca do dito falacioso “descobrimento” do país.

Como por exemplo fala da E02: “professor não faz sentido nos livros falarem em descobrimento. Os índios moravam aqui.” A respeito da ocupação territorial do Brasil colônia duas raças tiveram maior impacto negativo em suas historicidades. Foram os índios e negros.

Um outro aspecto onde a cultura afrodescendente teve influência foi a culinária. Normalmente, ouvimos expressões que a mistura de **manga** e **leite** faz mal. Quem nunca tomou uma vitamina de manga? A origem deste boato era porque os donos de engenhos eram obrigados a dar alimentos para os trabalhadores. E os Senhores do Engenho davam, geralmente, os restos de animais ou as partes que tinham pouco valor comercial, tais como do boi: pé, rabo, tripas. E dos suínos: orelha, pê, rabo e fissuras (partes internas).

O entendimento de que manga e leite não podem fazer mal a ninguém foi de fácil entendimento. Por exemplo a E03 externou: “Então o costume de falar que manga com leite é ruim foi naquela época? E a feijoada só tem pedaços sem carne!” E neste momento a E04 comentou sorrindo: “E hoje os ingredientes da feijoada são mais caro que a bisteca”.

A E02 disse que é sempre bom poder conhecer mais sobre a história dos negros.

Uma questão interessante refere se a percepção dos alunos quanto ausência de explicação sobre esses aspectos gastronômicos nos livros como uma forma sutil de racismo. Pois “O racismo brasileiro na sua estratégia e nas suas táticas age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso mas altamente eficiente nos seus objetivos.” (Moura, 1994 citado por CAVALLEIRO, 1998, p. 36)

Por fim, percebe-se que no Brasil, o fim da escravidão não foi acompanhado de políticas que proporcionaram aos libertos oportunidades de viver dignamente e capazes de manter o próprio sustento. Percebe-se ao longo da história que a população negra foi destituída muitas vezes da sua condição de humana, ainda há um longo caminho para que esse povo seja reconhecido como sujeito de direito. E conseqüentemente a escola se torna uma instituição responsável por repensar o preconceito e o racismo na sociedade uma vez que:

[...] não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica, social e cultural. Um país que tem na sua estrutura social vestígios do sistema escravista, com concentração fundiária e de rendas maiores do mundo [...], um país no qual a concentração de rendas exclui total ou parcialmente 80% da sua população da possibilidade de usufruir um padrão de vida decente; que tem 30 milhões de menores abandonados, carentes ou criminalizados não pode ser uma democracia racial. (Moura, 1994 citado por CAVALLEIRO, 1998, p. 36)

## 4.1 Considerações finais

A condição racial no Brasil é, ao mesmo tempo, um privilégio para os brancos e uma desvantagem avassaladora para os não brancos. As estatísticas que denunciam as precariedades dos negros e negras no Brasil deveriam convencer todos os estudiosos, contudo, uma parcela significativa da sociedade brasileira insiste em defender a existência de uma "democracia racial".

A respeito das desigualdades entre as duas raças<sup>8</sup> - negra e branca - o antropólogo e professor Munaga elucida que:

Num país onde os **preconceitos e a discriminação racial não foram zerados**, ou seja, onde os alunos **brancos pobres e negros pobres** ainda não são iguais, pois uns são discriminados uma vez pela condição socioeconômica e outros são discriminados duas vezes pela condição racial e socioeconômica, as políticas ditas universais, defendidas, sobretudo, pelos intelectuais de esquerda e pelo ex-ministro da Educação Paulo Renato, não trariam as mudanças substanciais esperadas para a população negra. Como disse Habermas, o **modernismo político** nos acostumou a tratar igualmente seres desiguais, em vez de tratá-los de modo desigual. Daí a justificativa de uma política preferencial, no sentido de uma **discriminação positiva**, sobretudo quando se trata de uma medida de indenização ou de reparação para compensar as perdas de cerca de 400 anos de defasagem no processo de desenvolvimento entre brancos e negros. (MUNANGA, 2003, p. 119) Grifos nosso.

A discriminação racial e o preconceito ainda são uma herança de séculos passados. Essas premissas são questões importantes para não errar e acreditar no discurso falacioso que no Brasil a questão não é racial e sim econômica.

É de causar tristeza que em pleno 2015 ainda tenhamos presente ações movidas por racismo, machismo, homofobia, transfobia, lesbofobia, e outras formas de intolerância. A Educação em e para os Direitos Humanos é uma das saídas para mudança de cultura. Ela deve conter

discussões que busquem valorizar os diferentes agrupamentos humanos reconhecendo sua importância como sujeitos históricos e coautores da nossa realidade. Por isso, 17 independentemente de sua condição, os negros, os indígenas, as mulheres, a população LGBT, os moradores do campo, os moradores de rua, entre outros, possam ser respeitados como pessoas humanas. (GONZÁLEZ e CASTRO, 2015)

---

<sup>8</sup> Neste caso especificamente a "raça negra" será sempre comparativa com a raça branca, devido a relação de Poder existente entre as duas. Foram usados os termos: "sócio-racial", "relações raciais" e "relações étnicas-raciais" como sinônimos.

A pesquisadora (e militante) em Direitos Humanos Dra. Nair orienta-nos que para termos uma sociedade mais harmônica e tolerante é necessário um novo sujeito. Ele seria Um novo sujeito está em construção que podem ser denominados de agentes pluridimensionais, “sujeito de direitos não é uma construção formal, mas uma construção relacional, na qual a intersubjetividade é construída na presença do outro, ou seja, tem a alteridade como presença.” (SOUSA, 2015, p. 17 )

O sujeito de direitos são pautados em uma outra subjetividade dos direitos humanos que interage com a complexidade da cultura dos direitos. Aquela pesquisadora ainda cita que são necessários três aspectos constituintes desse novo sujeito de direitos e ter “uma subjetividade capaz de atender às propostas e às questões apontadas haverá de ser contrária a todas as formas de unidimensionalização e de abrir portas para a construção de agentes pluridimensionais ... dotados de três aspectos essenciais” (SOUSA, 2015, p. 18): i- a singularidade do sujeito (singular, único); ii- a particularidade do sujeito (“o sujeito constrói e se constrói como identidade cultural, social, política e econômica” (CARBONARI, 2007, citado por SOUSA, 2015 p. 18)

Uma nova educação é necessária para a construção desse novo sujeito de direitos. A educação em e para os direitos humanos teve ser alicerçada na compreensão da pluralidade e ter promoção de espaços de aprendizagem com reflexão críticas:

Neste sentido, a educação em direitos humanos é aquela capaz de formar para resistir a todas as formas de opressão, de violação dos direitos; mas também é aquela que forma sujeitos de direitos capazes de solidariamente viabilizar as melhores condições para que todos e todas possam viver concretamente os direitos humanos permanentemente (CARBONARI, 2014 citado por SOUSA, 2015, p. 19).

Por fim, a partir da temática de Direitos Humanos acreditamos poder ser possível pensar (ou compreender) que a educação no e para os direitos humanos suscita a necessidade de igualdade e de defesa a dignidade humana, principalmente quando diz respeito ao reconhecimento da diversidade étnico racial no âmbito da escola.

## 4.2 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lucia M. de A.; SILVA, Petronilha B. Gonçalves; e SILVÉRIO Valter Roberto (Org.). **De preto a afro-descendente**: trajetos da pesquisa sobre relações étnico-racial no Brasil. São Carlos, EDUFSCar, 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. **Discriminação racial e Pluralismo nas Escolas Públicas da Cidade de São Paulo**. In Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo, Faculdade de Educação (FE), Universidade de São Paulo (USP), 1998. (Dissertação de Mestrado em Educação)

CASTRO, Eder Alonso e GONZÁLES, Ália Maria Barrios. **Direitos Humanos, Cultura da Paz e Currículo**. In: *Curso de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural*. (Módulo IX). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Social**. In: Serviço Social & Realidade, vol. 17, nº 01, p. 11 – 36. São Paulo, 2008.

DEMO, Pedro. **Metodologia em ciências sociais**. 3ª edição revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 1995.

GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira: 1993-2005**. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep/MEC, 2007.

GONCALVES, Petronilha Beatriz e SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Inep/MEC, 2003.

HOFLING, Eloisa de Matos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** Caderno CEDES, nov, 2001, vol.21, no. 55, p.31-41

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática.* São Paulo, Cortez, 1994.

MOURA, Glória. **O Direito à Diferença.** In, KAMBEGELE, Munanga (org). **Superando o Racismo na Escola.** 2° ed. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas.** In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). **Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2003.

MUNANGA, Kabengele. **O anti-racismo no Brasil.** In: \_\_\_\_\_. **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: Edusp, 1996.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o Racismo na Escola.** 2° ed. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MEDEIROS, Carlos Alberto. **Ação Afirmativa no Brasil: um debate em curso.** In: SALES, Augusto dos Santos (org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas América.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

ROCHA, Marize Raimunda dos Santos. **Lado a lado: questão habitacional e questão ambiental num recorte sobre o Setor Habitacional Sol Nascente e a Lagoa do Japonês em Ceilândia, no DF.** 2014. 84 f. Orientador: Maria Lídia Bueno Fernandes. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Faculdade de Educação (FE) Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

RIBEIRO, Letícia Alcântara. **A percepção de mães sobre as condições sociais e o desenvolvimento de seus filhos no território do Sol Nascente, Ceilândia-DF.** 2014. 30 f. Orientador: Rafael Garcia Barreiro. Monografia (Bacharelado em Terapia Ocupacional) — Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

SANTOS, Ricardo Fideles dos. **O acesso a moradias por famílias de baixa renda sem respaldo das políticas de habitação do governo do Distrito Federal: uma abordagem do núcleo habitacional Sol Nascente.** 2010. 75 f. Orientador: Marília Luíza Peluso. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2010.

SEVERO, Denise de Sousa. **Planejamento urbano no Distrito Federal: o caso de Ceilândia.** Distrito Federal, Brasília 27 de agosto de 2014. 73 f. Orientador: Everaldo Batista da Costa Monografia – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia. |IH/GEA/UnB| I. Planejamento

SALES, Augusto dos Santos (org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas América.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

SILVIA, Edna Lúcia da e MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.**-3.ed. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC. 2001.

SOUSA, Francisca Maria do Nascimento. **Linguagens Escolares e Reprodução do Preconceito.** In Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de. **Retrospectiva histórica e concepção da Educação em e para os Direitos Humanos.** In: *Curso de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural.* (Módulo VIII). Brasília: UnB/SECADI/MEC, 2014.

WARAT, Luis Alberto. **Direitos Humanos: Subjetividade e Práticas Pedagógicas.** In: SOUSA JR., José Geraldo et al. *Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade*, vol. 1. Porto Alegre: Síntese, 2004

WEDDERBURN, Carlos Moore. **Do marco histórico das políticas públicas de ações afirmativas – perspectivas e considerações.** In, SALES, Augusto dos Santos (org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas América.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Dilemas e desafios da proteção internacional dos direitos humanos.** In: SOUSA JR., José Geraldo et al. *Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na universidade*, vol. 1. Porto Alegre: Síntese, 2004.

## 5. ANEXOS

### Anexo 01 – Questionário aplicado.

1. Como você se reconhece? ( ) negra(o) ( ) branca(o) ( ) indígena  
( ) outros
2. Você acha que negros e brancos possuem os mesmos direitos? Por- quê?
3. Na sua opinião, os negros e brancos têm as mesmas oportunidades de emprego e de escolarização?
4. Você se lembra de alguma atividade realizada na escola onde tenha trabalhado alguma temática sobre a valorização da população negra?
5. Você acredita na importância de desenvolver atividades sobre a valorização da população negra na EC 66?

## ANEXO 02

### TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS NA INTEGRA

**P 01- Profa. E. F. 47 anos, solteira. Formação Pedagoga. Trabalha na SEDF a 25 anos. Residente em Sol Nascente.**

01- Branco

02- Não. Porque tem muito preconceito pela cor da pele.

03- Não. Porque o “preto” sofre discriminação. O branco tem mais chances. Pois o povo do nosso país é ignorante. E isso se reflete nos locais de moradia. (*Mora no Sol Nascente*) o meu filho sofreu discriminação, ao procurar emprego o tratamento mudava, para pior quando falava que morava aqui.

04- Sim, na semana temática em novembro.

05- Sim. Poderíamos incentivar trabalhar com figuras de destaque na sociedade, tais como o Ministro Joaquim Barbosa e outros.

**P 02- Profa. A. R. 39 anos, casada. Formação Letras Portuguesa. Trabalha na SEDF a 20 anos. Residente no P Sul.**

01- Negro. É claro. Negra. (Sorrisos espontâneos)

02- Sim. Todos somos seres humanos. Não é a cor que nos definem.

03- Não. É uma questão histórica. Para entender o racismo devemos olhar para o passado. Na época da escravatura, os negros eram considerados como se fossem animais. Não eram vistos como seres humanos. Hoje ainda temos uma herança daquela época. No mercado de trabalho, por exemplo, os negros tem menos chance de conseguir emprego se disputarem com brancos. Geralmente, os brancos são os mais preferidos. (*semblante pensativo, transparecendo raiva*)

04- Não.

05- Sim. Podemos realizar uma conscientização maior. Devemos ensinar que, devido a miscigenação, todos somos um pouco negro. Infelizmente, alguns negros não se reconhecem como tal. O calendário pedagógico já reserva uma

semana em novembro e tal espaço deveria ser utilizado com mais qualidade. Um exemplo é mostrar biografias de negros de sucesso.

**P 03- Profa. G. B. 34 anos, solteira. Formação Pedagoga. Trabalha na SEDF a 10 anos. Residente em Taguatinga.**

01- Outros, pardo.

02- Na teoria sim. Nas leis sim. Na prática a gente sabe que é diferente. Existe uma desvantagem histórica entre negros e brancos. E tal situação, até hoje, não foi superada. A população pobre é negra, a população menos escolarizada é negra. O Brasil aboliu a escravidão, mas a ainda persiste tudo isso. *(Voz firme e ar sério, demonstrou indignação)*

03- Não. Reconheço que é uma parte deficitária na escola e que não trabalhamos essa demanda etnicorracial. Mas, por exemplo nas minhas aulas falo sobre isso.

04- Sim, alguns filmes sobre a temática.

05- Sim. Por exemplo, temos a Lei 10.639/03 e devemos cumpri-la. Podemos trabalhar fotos, reportagens, notícias onde tenham abordagem discriminatórias ou preconceituosas. Trazer reflexão sobre os dados estatísticos, como IBEGE, DIESE e outros. Podemos utilizar filmes, como o Mordomo da Casa Branca.

**E 01- Estudante C. N. 34 anos. Turma: 3ª A Not. Residente do Sol Nascente.**

01- Outros, pardo. *(uma observação do pesquisador: ela é negra)*

02- Sim. Porque todos somos iguais. E não depende de nada, cor da pele, condição financeira.

03- Não. Pois os negros são excluídos das coisas. Acho que é por causa do racismo.

04- Sim. Foi no ano passado em uma aula, foi boa.

**E 02- Estudante K. P. 15 anos. Turma: 3ª A Not. Residente do Sol Nascente.**

01- Negra. Né?

02- Sim. Porque somos todos iguais. Embora os direitos dos brancos são mais respeitados. E acho isso é errado, ruim. Não é porque muda a cor somos diferentes.

03- Não. Porque hoje o povo é preconceituoso. No trabalho e em entrevistas o negro é descartado e o branco é escolhido. Mas, nem todos são assim. A maioria das mulheres, daqui, são negras e trabalham em casas de mulheres brancas. Lá no Guará, Águas Claras, Asa Sul, Asa Norte. É difícil negro morar no Lago Sul. *(deu uma gargalhada alegre e envolvente, como uma criança descobre uma brincadeira nova. Envolvido pela alegria, sorri também)*

04- Sim. Sobre a colonização do Brasil.

05- Sim. Poderia falar dos atletas negros.

**E 03- Estudante S. S. 34 anos. Turma: 3ª A Not. Residente do Sol Nascente.**

01- Outros, pardo.

02- Sim, pois tudo é igual.

03- É diferente. Os negros sofrem racismo. Mas, na minha opinião somos todos iguais.

04- Não me lembro ao certo.

05- Sim. Abordar o assunto com filmes e/ou reportagens.

**E 04- Estudante J. B. S. 32 anos. Turma: 3ª A Not. Residente do Sol Nascente.**

01- Outros, pardo. (Observação do pesquisador. Ele é branco com cabelo crespo)

- 02- Sim. Pois somos todos iguais. Mas, na prática é diferente porque o branco é mais aceito.**
- 03- Não. Os negros sofrem discriminação. E os brancos tem mais facilidade de arranjar emprego. Na escola, todos tem a mesma oportunidade.**
- 04- Não me lembro. Acho que é importante para a agente ter mais conhecimento, entender o ser humano.**
- 05- Sim. Podemos assistir filmes sobre o assunto.**

**E 05- Estudante D. R. 56 anos. Turma: 3ª A Not. Residente do Sol Nascente.**

- 01- Negra.**
- 02- Não. Pois as pessoas discriminam os negros.**
- 03- Não tem. O branco tem vantagem e os novos também. Para conseguir emprego os mais novos e o brancos conseguem mais rápido. Na escola, os negros são discriminados.**
- 04- Sim. Foi em uma aula onde falaram sobre o salário dos homens e das mulheres, dos negros e dos brancos. E a mulher negra é quem ganha menos.**
- 05- Sim. Por exemplo: filme, teatro, novelas. A Escrava Isaura.**
-